

**As direitas radicais portuguesas no pós-25 de abril:
ideias, representações e discurso (1974-1982)**

*The Portuguese radical Right in the post-April 25 Revolution:
ideas, representation and discourse (1974-1982)*

*Las derechas radicales portuguesas tras la revolución de 25 de Abril:
ideas, representaciones y discurso (1974-1982)*

Bruno Madeira*

<https://orcid.org/0000-0003-1555-3786>

RESUMO: Forçadas pelo 25 de abril de 1974 a reformularem o seu discurso e a forma como se apresentavam, organizavam e comunicavam, as direitas radicais portuguesas viram-se, pela primeira vez desde 1926, completamente arredadas da esfera da governação. Incapaz de formular uma estratégia comum de curto e médio prazo que federasse as diferentes sensibilidades deste campo político em torno de um projeto de poder, este tendeu a dividir-se e a ser agente do seu próprio enfraquecimento. De um lado, estiveram aqueles que privilegiaram a formação de partidos, a conspiração civil-militar, a ação terrorista e, a partir de 1976, o regresso à tática de combate eleitoral e de intervenção político-partidária na vida nacional, confiantes de que a vitória ou, pelo menos, a relevância eleitoral estaria rapidamente ao alcance. Do outro, estiveram os que apostaram numa estratégia de médio e longo prazo, dedicando-se à ação metapolítica. Esta visou a conquista de influência junto das cúpulas dos partidos de centro-direita e de direita democrática e, sobretudo, dos meios mediáticos e académicos. Apesar das divergências estratégicas, o que a nossa análise identifica é uma afinidade ideológica e programática entre ambos os campos descritos. Para que possamos compreender e caracterizar o processo de reconfiguração da direita radical portuguesa,

* Professor auxiliar convidado no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, investigador integrado no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) e colaborador do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT/In2Past); doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP); entre as suas principais publicações sobre a direita radical, destacam-se «Homens entre ruínas»? Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985) (2020), «O meu país morreu»: narrativas de exílio à direita (1974-1976) (2021), «A intervenção cultural como estratégia de assalto ao poder das direitas radicais portuguesas (1976-2019)» (2021) e «Tendo conquistado o Presente, a Direita traz consigo a vitória do Futuro»: o neoconservadorismo anglo-saxónico e a evolução do pensamento económico da direita radical portuguesa (1976-1985)» (2021); dedica-se ao estudo das direitas radicais, da história das ideias políticas e da história do tempo presente. E-mail: bruno.j.madeira@gmail.com.

os seus princípios político-ideológicos e os seus valores morais nucleares, assim como a forma como esta se representou e o modo como comunicou as suas ideias, valores e propostas iremos analisar os principais periódicos que este campo político editava à época. A investigação que aqui discutimos aponta para a centralidade do pensamento contrário à democracia, ao pluralismo ideológico e partidário, à igualdade, à liberdade individual, ao socialismo e ao comunismo no discurso e na mundividência da direita radical dos primeiros anos da democracia portuguesa.

Palavras-chave: Direitas radicais. Extrema-direita. Nacionalismo. História das Ideias. Discurso político.

ABSTRACT: Forced by 25 April 1974 to reformulate their discourse and the way they presented, organised and communicated, the Portuguese radical right found themselves, for the first time since 1926, completely removed from the sphere of governance. Unable to formulate a common short- and medium-term strategy that would federate the different sensitivities of this political camp around a power project, it tended to divide and be an agent of its own weakening. On the one hand, there were those who favoured the formation of parties, civil-military conspiracy, terrorist action and, from 1976 onwards, a return to the tactics of electoral combat and party-political intervention in national life, confident that victory or, at least, electoral relevance would soon be within reach. On the other side were those who opted for a medium- and long-term strategy, dedicating themselves to metapolitical action. This was aimed at gaining influence with the tops of the centre-right and democratic right parties and, above all, the media and academia. Despite strategic divergences, what our analysis identifies is an ideological and programmatic affinity between the two camps described. In order to understand and characterise the process of reconfiguration of the Portuguese radical right, its political-ideological principles and core moral values, as well as the way it represented itself and the way it communicated its ideas, values and proposals, we will analyse the main periodicals that this political field edited at the time. The research we discuss here points to the centrality of thinking contrary to democracy, ideological and party pluralism, equality, individual freedom, socialism and communism in the discourse and worldview of the radical right in the early years of Portuguese democracy.

Keywords: Radical right. Far-right. Nationalism. History of Ideas. Political discourse.

RESUMEN: Obligada por el 25 de abril de 1974 a reformular su discurso y su forma de presentarse, organizarse y comunicarse, la derecha radical portuguesa se encontró, por primera vez desde 1926, completamente alejada de la esfera de gobierno. Incapaz de formular una estrategia común a corto y medio plazo que federase las diferentes sensibilidades de este campo político en torno a un proyecto de poder, tendió a dividirse y a ser agente de su propio debilitamiento. Por un lado, estaban los partidarios de la formación de partidos, de la conspiración cívico-militar, de la acción terrorista y, a partir de 1976, de la vuelta a las tácticas de combate electoral y de intervención partidista en la vida nacional, confiados en que la victoria o, al menos, la relevancia electoral estarían pronto al alcance de la mano. En el otro bando estaban los que optaron por una estrategia a medio y largo plazo, dedicándose a la acción metapolítica. Su objetivo era ganar influencia en las cúpulas

de los partidos de centro-derecha y derecha democrática y, sobre todo, en los medios de comunicación y el mundo académico. A pesar de las divergencias estratégicas, lo que nuestro análisis identifica es una afinidad ideológica y programática entre los dos campos descritos. Para comprender y caracterizar el proceso de reconfiguración de la derecha radical portuguesa, sus principios político-ideológicos y valores morales fundamentales, así como su forma de representarse y de comunicar sus ideas, valores y propuestas, analizaremos las principales publicaciones periódicas que este campo político editaba en la época. La investigación que aquí comentamos apunta a la centralidad del pensamiento contrario a la democracia, al pluralismo ideológico y de partidos, a la igualdad, a la libertad individual, al socialismo y al comunismo en el discurso y en la cosmovisión de la derecha radical en los primeros años de la democracia portuguesa.

Palabras clave: Derecha radical. Ultraderecha. Nacionalismo. Historia de las ideas. Discurso político.

Como citar este artigo:

Madeira, Bruno. “As direitas radicais portuguesas no pós-25 de Abril: ideias, representações e discurso (1974-1982)”. *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 152-177

Notas introdutórias

O derrube do Estado Novo em 25 de abril de 1974 e o rumo que o processo revolucionário aí iniciado tomou obrigaram as direitas radicais portuguesas a reequacionar-se e a habituar-se a viver e a intervir nas margens do poder político. Depois de 48 anos de ditadura, a direita radical (Betz 1994; Beyme 1988; Griffin 2017; Mudde 2007; Mudde 2021) viu-se arredada do centro da vida política nacional e tentou, pelas mais diversas vias, voltar ao lugar que havia sido seu durante o salazarismo e o marcelismo. Sintomática da sua flexibilidade organizativa e da sua vontade de poder foi a proliferação de partidos que, à direita, pretendiam representar as diferentes sensibilidades deste campo político (Carapinha, Vinagre & Couto 1974; Prata, Ferreira & Lopes 1974; Soapli 1975; Madeira 2020; Marchi 2020). Encontraram-se no Portugal revolucionário de 1974-1975 e colaboraram ativamente para reverter o processo de democratização, o pluralismo político-ideológico e, sobretudo, a descolonização que o novo poder executou em pouco mais de um ano, figuras oriundas quer dos movimentos fascistas e/ou neofascistas, que durante o Estado Novo tentaram que o regime adoptasse mais clara e decididamente a via nacional-revolucionária (Marchi 2009a; Marchi 2009b), quer os salazaristas, os marcelistas ou os situacionistas, que se acomodaram à governação de ambos os ditadores.

No pós-25 de abril de 1974, a direita radical – de inspiração neofascista, salazarista ou marcelista – organizou-se em torno de siglas partidárias como Centro Democrático Social (CDS), Partido da Democracia Cristã (PDC), Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP), Movimento Federalista Português-Partido do Progresso (MFP-PP), Movimento Popular Português (MPP) e Partido Nacionalista Português (PNP). Relewa da escolha dos nomes que se atribuíram uma aparente adesão aos valores da democracia cristã, da democracia, do trabalhismo e uma estratégia para captar uma base social de apoio que, sem conhecimentos políticos rudimentares fruto da política de analfabetismo, obscurantismo e anti-comunismo estrutural promovida pelo Estado Novo, se pudesse rever, ao nível da nomenclatura adoptada, nos valores que esta traduzia. Mais, a utilização de termos como democracia, progresso, liberal ou popular visava, certamente, demarcar estes partidos da tradição estadonovista e evitar qualquer conotação com a ideia de direita política. Com efeito, seria preciso esperar por 1979 para que um partido português assumisse a sua filiação à direita no seu nome: Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa (MIRN/PDP).

Apesar dos esforços de demarcação, conhecendo os seus dirigentes e ativistas, os seus percursos quer antes quer após o 25 de abril de 1974 e, sobretudo, as ideias que sustentaram ao longo das suas vidas, facilmente se identifica a plasticidade discursiva com que procuraram moldar os programas políticos, os eufemismos utilizados para mascarar e suavizar o que eram realmente os objetivos e o corpo doutrinário perfilhados pelos militantes destes agrupamentos partidários e as tentativas, mais cínicas e estratégicas do que sinceras, de inserir estes grupos no desejo e no esforço colectivos de democratização do país. No fundo, um discurso marcado por um pragmatismo considerável que procurou tornar os partidos atraentes a um eleitorado que, previsivelmente, não queria voltar aos tempos do Estado Novo. Cederam, programática e pragmaticamente, e em graus diversos, nas matérias que consideravam mais acessórias para salvaguardarem o essencial – a defesa da presença portuguesa em África e na Ásia e a luta contra o comunismo.

Face à ilegalização de que os partidos da direita radical foram alvo na sequência da tentativa fracassada de golpe de Estado contra-revolucionário – impulsionado pelo Presidente da República, António de Spínola – de 28 de setembro de 1974, os principais quadros deste campo político vão optar pela passagem à clandestinidade e engrossarão as fileiras dos dois movimentos terroristas de extrema-direita – Exército de Libertação de Portugal (ELP) e Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) – que, a partir de Madrid, orquestrarão uma violenta campanha contra o Partido Comunista Português (PCP), a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) e vários partidos da esquerda revolucionária e

socialista (Carvalho 2017). Terão sido 566 as ações violentas que ambos os movimentos promoveram em Portugal entre maio de 1975 e abril de 1977 (PCP 1977). Os 566 ataques corresponderiam à soma de 310 atentados bombistas, 136 assaltos, 58 incêndios, 36 espancamentos, 16 atentados a tiro e 10 apedrejamentos (PCP 1977, p. 41).

O desfecho do 25 de novembro de 1975 – que encerrou, definitivamente, o projeto de revolução socialista em Portugal e afastou o PCP e demais partidos de extrema-esquerda da esfera da governação –, os resultados das eleições legislativas, autárquicas e presidenciais – que consagraram o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD) como as forças políticas maioritárias no país – e a distensão do clima político nacional ofereceram, ainda que involuntariamente, condições para a reorganização da direita radical e novas perspectivas para a sua intervenção política e metapolítica. Entre 1976 e 1980, surgem novos partidos – MIRN/PDP e Frente Nacional (FN) – e reativa-se o PDC (Marchi 2017; Madeira 2020). O ciclo partidário esgotar-se-ia em 1979-1980, apesar do resultado auspicioso obtido pela coligação de direita radical nas primeiras eleições legislativas em que participou, com a conquista da maioria absoluta por parte da coligação de direita moderada – Aliança Democrática (PSD, CDS e Partido Popular Monárquico). Entre 1980 e 1985, ano em que Cavaco Silva (PSD) ganha as suas primeiras eleições legislativas e se assume como líder federador das direitas portuguesas, assiste-se a uma lenta agonia destes partidos e de várias iniciativas associativas e editoriais deste campo político. Neste sentido, o intervalo cronológico que nos propomos abordar permite acompanhar a emergência, a evolução e o ocaso da maioria dos partidos, dos grupos e das publicações das direitas radicais portuguesas deste período.

Compreender o passado destes grupos, os princípios que defenderam e os caminhos que decidiram trilhar, contribuirá para o enriquecimento do debate em curso e permitirá identificar as eventuais linhas de continuidade e de ruptura entre os homens e as ideias de antanho e os protagonistas e os princípios de hoje. Proporcionará, acima de tudo, a percepção de que a direita radical nunca esteve inativa ou moribunda e que veio trabalhando para criar as condições para o crescimento e triunfo que agora alcança. Por conseguinte, este artigo pretende contribuir para a discussão das direitas radicais portuguesas nos primeiros anos de democracia em Portugal, procurando, sobretudo, refletir sobre os aspectos programáticos e ideológicos formulados por este campo político a propósito das ideias-valor de democracia, igualdade e liberdade.

Direita radical: raízes históricas, tradicionalismo e pensamento organicista

Em primeiro lugar, importa precisar, qual a realidade que pretendemos descrever quando mobilizamos o conceito de direita e de direita radical. Por um lado, tomando em consideração o

seu sentido e significação históricas, o conceito de direita remete para a casual distribuição espacial dos deputados na assembleia constitucional francesa pós-revolução de 1789. Assim, tal como os classificou Norberto Bobbio, direita e esquerda são “termos antitéticos que há mais de dois séculos costumam ser utilizados para exprimir a oposição das ideologias e dos movimentos em que o universo eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas está dividido” (Bobbio 1995, 27). Contudo, se fosse apenas um referente espacial ou axial, rapidamente teria perdido toda a relevância no léxico político-ideológico. Desde o início, a direita assumiu, como cerne da sua ação e do seu corpo doutrinário, a defesa da tradição contra os avanços revolucionários. Pelo que, como afirmou Thomas Molnar, “o conteúdo contra-revolucionário, [...] era a recusa das instituições e estruturas sociais nascidas em 1789; os contra-revolucionários pregavam o regresso às instituições pré-revolucionárias” (Molnar 1980, 76).

O tradicionalismo da direita radical estrutura-se em torno da conceção de uma ordem natural da vida social, cuja subversão lhe era intolerável. Nesse sentido apontam as palavras de Roger Scruton: “o conservadorismo surge diretamente da noção de que cada um pertence a uma contínua e pré-existente ordem social, e de que este facto é fundamental para determinar o que fazer” (Scruton 2001, 10). A defesa da tradição, além do valor político, histórico e cultural que lhe atribuem, radica também no paradigma romântico de recusa da modernidade, dos efeitos da industrialização e urbanização e do desenraizamento que entendem ter sido criado por esses fenómenos.

Alain de Benoist – ideólogo da *nouvelle droite* – destacou ainda a importância do romantismo alemão para a conformação do pensamento das diversas famílias políticas da direita, nomeadamente por ter contribuído “para a formação de um nacionalismo ainda à procura de si mesmo”, acarretando como consequência a convicção de que “o indivíduo não pode subtrair-se ao seu enquadramento cultural nem à sua hereditariedade” (Benoist 1980, 80-83).

A defesa das ideias de desigualdade natural entre os homens e de que as relações sociais e políticas não podem ser niveladas por baixo, sob pena de prejudicar os mais capazes e de causar a degenerescência do organismo social, é também, sob diversos matizes, um dos eixos centrais da mundividência deste campo político. Este anti-igualitarismo parte da assunção da existência inevitável e inata de diferenças entre os indivíduos: de uns serem inteligentes, fortes, corajosos, engenhosos e dinâmicos e de outros serem desprovidos de capacidades intelectuais, fracos, cobardes e preguiçosos. Este tipo de fundamentação da diferença é também crucial nos postulados neoliberais (Micocci & Di Maio 2018; Biebricher 2019; Whyte 2019).

Assim, partindo do pressuposto de que as qualidades e as capacidades individuais são desiguais e de que os homens se guiam, acima de tudo, em função dos seus interesses e objetivos, a direita conclui pela impossibilidade humana de perseguir e de concretizar qualquer tipo de ideal igualitário, sob pena de negar a sua própria natureza, essência e características vitais. Implementar políticas de feição igualitária é também, sob a perspectiva dos direitistas, combater e cercear as liberdades e os direitos naturais. Deste modo, ao Estado caberia apenas a tarefa de garantir as condições para que os homens pudessem livremente demonstrar as suas capacidades e, através delas, distinguir-se dos demais.

Por conseguinte, seguindo esta linha de raciocínio, sublinhou Peter Dorey, “os rendimentos refletem geralmente as habilidades e os atributos individuais” (Dorey 2011, 22). Uma argumentação que favorece a manutenção do existente para aqueles que se encontram já no topo da cadeia económico-social, que naturaliza e glorifica a desigualdade, sem deixar, ao mesmo tempo, de veicular a ideia de que qualquer um, independentemente do ponto de partida, pode ascender ao topo da hierarquia se for talentoso e trabalhador; no fundo, defende-se aqui uma ideia de meritocracia na acepção elitista do termo. Assim, os direitistas não só recusam a igualdade, como ainda “qualquer ideia de direitos ‘universais’ ou ‘naturais’” (Scruton 2001, 41).

Pessimismo antropológico e rejeição da democracia liberal

O pessimismo antropológico é outra das características que marca o pensamento das direitas e que se opõe à convicção do crescimento económico linear dos liberais iluministas, do materialismo histórico advogado pelos marxistas e, acima de tudo, às teses que advogam a bondade natural do homem. Jaime Nogueira Pinto – quadro, ideólogo e editor da direita radical portuguesa – definiu o pessimismo direitista como a “recusa da ideia rousseauiana da bondade natural do homem” (Pinto 1996, 31), fazendo corresponder a visão que as direitas têm do homem às concepções antropológicas defendidas por Maquiavel e Thomas Hobbes. Daqui decorre que, combatendo todas as ideologias igualitárias, o cimento que uniu todas as famílias políticas da direita foi o anti-comunismo – entendido como a mais perigosa utopia igualitária e como a força política que mais ameaçava a ordem natural da sociedade e as suas tradições.

A doutrina política direitista é também profundamente anti-democrática. Assim, Michael O’Meara, um dos pensadores do novo identitarismo direitista, assumiu que “a noção de uma direita

[...] democrática [...] é de facto uma contradição terminológica” (O’Meara 2013, 23). O carácter anti-democrático do direitismo radical expressa-se ainda na defesa de uma liderança forte e carismática e de uma sociedade rigidamente hierarquizada na qual cada homem se acomode pacífica e ordeiramente a essa organização e à sua posição na mesma. No mesmo sentido, e tal como apontou Corey Robin, a mobilização da sociedade pela direita radical procura “apelar às massas sem rutura do poder das elites ou, mais precisamente, aproveitar a energia das massas no sentido de reforçar ou restaurar o poder das elites” (Robin 2011, 55), não as fazendo nunca, realmente, participar no exercício do poder. Ao individualismo e à revolução das massas, a direita opõe o organicismo e o elitismo.

Apesar de as diversas famílias da direita terem adotado discursos diferentes sobre doutrina econômica, até com contradições evidentes, o facto é que nunca foi posto em causa o princípio do direito à iniciativa individual e à propriedade privada. Ou seja, até a retórica mais radical do nazi-fascismo na crítica à burguesia nunca pôs em causa o sistema capitalista e, pelo contrário, sempre o defendeu. De resto, como realçou Joan Antón-Mellón, tanto o fascismo histórico como a nova direita, comungam a rejeição “do liberalismo como filosofia política, juntamente com a aceitação (de uma perspectiva social-darwinista) do capitalismo como um sistema produtivo ideal desde que subordinado à orientação política” do Estado (Antón-Mellón 2013, 63).

Para a compreensão da mundividência direitista falta ainda abordar aquele que é, sem dúvida, o seu eixo central: o nacionalismo. Com efeito, a dimensão nacional é crucial para entender os fenómenos político-ideológicos e culturais a partir do século XVIII. Assim, acompanhamos Josep R. Llobera quando determina que “a nação, como comunidade cultural definida, é o valor simbólico mais importante da era moderna; dotada como está de um carácter quase sagrado, em paralelo apenas com a religião” (Llobera 2000, XII). Por conseguinte, num tempo em que a cultura e a sociedade se laicizavam e em que decrescia acentuadamente o poder temporal da igreja, a nação surge como sucedâneo laico da devoção outrora consagrada à religião.

Pensar o mundo à direita depois do 25 de Abril

Para compreender e caracterizar o universo ideológico da direita radical portuguesa é relevante discutir a forma como esta escreveu a sua própria história: a definição e a defesa daquelas que entendiam ser as suas raízes históricas (miguelismo, integralismo, sidonismo, salazarismo), o modo como recusaram e atacaram o liberalismo e a República e o entendimento acerca do que era, intemporal e perenemente, a missão e o espírito nacionais. Excedendo, contudo, os limites deste artigo, remetemos para uma análise mais detalhada desses aspectos (Madeira 2020, 116-200). O mesmo se aplica à forma como os direitistas reagiram à revolução de 25 de Abril de 1974, às

diversas fases pelas quais passaram e intervieram durante o biénio revolucionário de 1974-1975 – partindo da organização partidária e terminando no terrorismo bombista que assolou o país entre 1975 e 1977 –, à sua colaboração nas manobras que conduziram ao golpe de 25 de novembro de 1975 – que, tendo garantido o afastamento definitivo dos comunistas e da esquerda revolucionária do poder, não garantiu, ainda assim, a completa reversão das políticas adotadas pelos seis governos provisórios –, e a reorganização e reaparecimento a partir de 1976. Cuidaremos, pois, de, no seguimento das prioridades estabelecidas na introdução deste artigo, abordar alguns aspectos da mundividência direitista portuguesa, nomeadamente em relação à sua auto-representação, ao seu pensamento anti-igualitário, anti-democrático e anti-liberal, assim como, por fim, uma aproximação à sua concepção de nacionalismo.

O encerramento do ciclo revolucionário em 1975-1976, a consolidação da democracia, das suas instituições, das suas normas e dos seus partidos, forçou a direita a reequacionar-se. Quem era? Que caminhos haveria de seguir? Com quem queria estar? Que bandeiras deveria erguer? Qual o projeto que, buscando no passado a sua fonte de inspiração, poderia ser percecionado como prenhe de futuridade e capaz de mobilizar, primeiro, a direita sociológica e, depois, a maioria do povo português? Aderir ao sistema e procurar conquistá-lo e reformá-lo a partir do interior? Marginalizar-se e constituir-se em reserva moral que, certa da queda próxima do regime, aguardaria que o poder lhe caísse nos braços? Abdicar da organização partidária e abster-se da via eleitoral, canalizando todos os esforços para o combate das ideias, para a formação de novos quadros, para a formulação de um novo projeto político da direita radical? Acreditar e lutar por resultados imediatos? Ou, não acreditando, desenvolver estratégias que possibilitassem a conquista de objetivos a médio e longo prazo?

Estas e outras questões foram recorrentemente formuladas, nestes ou noutros termos, em publicações como os semanários *A Rua* (1976-1981)¹ e *O Diabo* (1976), fundados, respetivamente, por Manuel Maria Múrias e Vera Lagoa, e nas revistas *Resistência* (fundada por António da Cruz Rodrigues, 1968-1984), *Futuro Presente* (fundada por Jaime Nogueira Pinto, 1980-2007) e *Terveiro Milénio* (fundada António Marques Bessa, 1981-1983). O universo de publicações da direita radical seria ainda enriquecido pelo surgimento de editoras como a Editorial Intervenção, o Centro do Livro Brasileiro, as Edições do Templo, as Edições Fernando Pereira, as Edições Afrodite, as Edições Abril, a Selecta, a Literal, a Braga Editora e as Edições Roger Delraux, assim como pelas

¹ Para uma análise aprofundada da origem, dos objectivos, da evolução e do desaparecimento do semanário *A Rua*: Madeira 2020, p. 308-319.

iniciativas editoriais de *A Rua*, do *Jornal Português de Economia e Finanças* e da revista *Resistência* (Madeira, 2020, p. 304-306).

O rol – não exaustivo – de jornais e editoras permite demonstrar três elementos que se revestem da maior pertinência para a compreensão da direita no período entre 1976 e 1979 – uma fase de reorganização, crescimento e relativa euforia –, essencialmente, mas cujos reflexos se estendem, em alguns casos, até 1980 ou 1981: i) disponibilidade financeira; ii) capacidade de iniciativa; iii) tentativa de harmonização das diferenças ideológicas ou, pelo menos, de concessão do direito de expressão a todas as que se inseriam no campo da direita radical.

A disponibilidade financeira, pelo menos até 1979, é comprovada pelo considerável investimento que foi efetuado para afirmar e divulgar os projetos políticos da direita radical, mesmo tendo em conta os desencontros entre os seus principais ideólogos e activistas. Não deixa de ser revelador que o financiamento das iniciativas editoriais da extrema-direita portuguesa tenha declinado abruptamente – assim interpretamos o encerramento quase simultâneo de vários jornais e editoras – a partir da primeira eleição vencida pela Aliança Democrática (AD) e o concomitante afastamento do Partido Socialista da governação.

O progressivo definhamento destas iniciativas editoriais demonstra, por outro lado, que não eram auto-sustentáveis e que, por conseguinte, o universo abrangido e consumidor das suas publicações não era suficientemente significativo ao ponto de garantir a sua existência independente e financeiramente viável. A esta equação, devemos também acrescentar o conjunto de quadros da direita radical que terão visto na “direita possível” da AD um meio mais eficaz de aplicação de algumas ideias e propostas que caracterizavam o seu campo político de origem. Apesar das inflexões e das concessões ulteriores, em 1976, o financiamento permitiu uma dinâmica e uma capacidade de iniciativa notáveis à direita radical. Certo é, também, que se apenas houvesse dinheiro mas não existissem quadros dispostos a tomar em mãos esse trabalho e corporizar uma luta política que estaria longe de se apresentar fácil, tal dinâmica nunca teria sido atingida.

Para este processo concorreram jornalistas, filósofos, militares, políticos e cronistas, entre outros intelectuais da direita radical, convergentes ou não quanto à estratégia e aos meios de acção imediatos, militando nos partidos da direita parlamentar e institucional, nos da direita radical ou em nenhum, crentes nas virtudes da intervenção político-partidária ou adeptos da acção metapolítica, de passado nacional-revolucionário, salazarista ou marcelista. É no quadro desta heterodoxia ideológica, deste desconcerto quanto às formas de acção e de organização, deste desafinar de estilos e de públicos-alvo, que devemos salientar o esforço protagonizado pela direita radical: para se afirmar no novo quadro político, não olhou a divergências na hora do seu

relançamento e da sua reorganização – essas seriam exacerbadas e conduziriam à grupusculização² crescente a partir de 1977.

Antes de mais, devemos frisar que, no período em apreço e a despeito do uso frequente e auto-referencial do conceito “direita”, os direitistas procuraram evidenciar uma certa desvalorização desse qualificativo. Embora se identificassem com a mundividência atribuída a esse campo e aceitassem a filiação ideológica nos mestres da contra-revolução, esforçaram-se por demonstrar que a existência da direita é um simples acaso geométrico. Tudo isto sem, como dissemos, se dissociarem da tradição direitista, sem enjeitarem o seu papel de agentes dessa família ideológica e sublinhando sempre que existiam múltiplas direitas – a diferença e a falta de unidade eram percebidas como elementos distintivos da história, do carácter e da superioridade da mesma. Longe de serem vistas como uma fraqueza, eram entendidas como prova da vitalidade, da pluralidade e da riqueza desta família política.

Várias foram as abordagens à discussão do que era a direita. Desde os que insistiam na questionável utilidade do conceito e lhe apontavam, essencialmente, uma significação meramente geométrica gerada na assembleia constituinte francesa de 1789 em que “os deputados que pretendiam a manutenção do poder real e os que o rejeitaram sentaram-se, respectivamente, à direita e à esquerda da cadeira presidencial [...]. Definia-se assim, de algum modo, a oposição autoridade-liberdade”³ ou de esta ter sido o “período do advento da ‘ideologocracia’” que conduziu à caracterização dos conservadores como direita e dos “partidários da Democracia e do Poder Popular ou ‘terrorocracia’” como esquerda⁴.

Aos que se empenharam numa discussão mais profunda e sistemática acerca da direita, como foi o caso, por exemplo, de José Miguel Júdice, que reconheceu a direita como uma realidade política portadora de uma identidade, de uma mundividência e de valores próprios, como também identificou as três principais famílias desse campo político: legitimistas, orleanistas e bonapartistas. A primeira caracterizava-se pela sua recusa intransigente da revolução, da república e da democracia, advogando o retorno ao Antigo Regime. Tradicionalistas e contra-revolucionários, a sua proposta política assentava num imobilismo ideológico, social e político que era, de resto, o seu principal móbil para a acção. A segunda seria a expressão de uma burguesia em plena ascensão sócio-económica e, portanto, desinteressada em mudanças bruscas no ordenamento político da

² As iniciativas associativas e partidárias da direita radical tenderam a fragmentar-se e a dar origem a grupos de dimensão cada vez mais reduzida e de influência mais limitada, dividindo uma base social de apoio já de si estreita e tentada pelas potencialidades de vitória imediata que o bloco da direita democrática – a AD – oferecia.

³ Afonso, Vasco. “Direita e Esquerda no hospital das palavras – primeira reflexão sobre ideias e mitos”. *A Rua*, 8 de julho de 1976, n.º 14, p. 6.

⁴ Moreno, Luís Duarte. “Direita, Centro, Esquerda”. *Resistência*, 15 de julho de 1976, n. 129/130, pp. 42-44.

sociedade que pudessem pôr em causa o seu estatuto recém-conquistado: “fundamentalmente parlamentaristas, eram propícios ao compromisso. [...] eram naturalmente monárquicos, mas facilmente republicanos, [...] eram desconfiados com tudo o que pudesse significar demagogia, poder pessoal, autoritarismo, reformismo intenso”⁵.

Em suma, o orleanismo corresponderia mais, de acordo com a reflexão de Júdice, a um bloco de interesses caracterizado pela moderação, pelo compromisso, pela aceitação das regras do jogo e pelas cedências ao regime existente. Maleáveis e anti-revolucionários, buscavam a pacificação social e política como condição indispensável para a prosperidade dos seus negócios, que, numa escala de prioridades, se encontravam acima da defesa de purismos ideológicos. Por fim, a terceira corporizava um sincretismo entre o apego ao passado e o espírito reformista, “sonhava com um poder forte, com uma política de grandeza e com a ligação directa, cesarista, entre o soberano e o povo, sem passagem pelo meio intermédio e refletor que são as classes políticas e os seus Parlamentos”. Nesse sentido, terão sido dos principais impulsionadores, à direita, da instauração do sufrágio universal e da adoção, na impossibilidade de retorno à monarquia, do presidencialismo. Para Júdice, que admitia que os bonapartistas fossem os que mais dificilmente se enquadravam no estereótipo direitista formulado pela ciência política, estes “eram talvez os mais modernos, os que anunciavam as democracias de massa e a personalização do poder”⁶.

Noutro sentido, mais marcado pela sobrevalorização do factor nacional, José Pequito Rebelo, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, questionou, a lógica de rotular como direitista “a comunhão daqueles que simplesmente querem viver portugueses, e ainda morrer portugueses [...], viver e morrer portugueses, integralmente portugueses”. Por conseguinte, a divisão entre blocos políticos deveria fazer-se, subentende-se, não por um acidental critério geométrico mas sim entre nacionalistas e internacionalistas (estes entendidos como partido anti-nação). Paralelamente, interrogou o autor, “nós somos a Direita porque ocupamos certo espaço ou esse espaço é da Direita porque nós o ocupamos?”. Assim, concluiu, “a palavra própria para designar a comunhão dos que querem simplesmente viver e morrer portugueses não seria da Direita, mas simplesmente do Direito”⁷.

Para Luís de Quadros, do mesmo modo que considerava que o demoliberalismo fora uma experiência episódica e condenada ao fracasso, “esquerda” e “direita” não seriam mais do que uma

⁵ Júdice, José Miguel. “Análise Política: A “Direita” ou as “Direitas”?”. *O Diabo*, 19 de dezembro de 1978, n.º 103, p. 2.

⁶ Júdice, José Miguel. “Análise Política: A “Direita” ou as “Direitas”?”. *O Diabo*, 19 de dezembro de 1978, n.º 103, p. 2.

⁷ Rebelo, José Pequito. “Modos de Ver – A Direita e o direito”. *A Rua*, 25 de setembro de 1980, n.º 224, p. 4.

moda vocabular aplicada à política que, tal como as demais, acabaria por passar. Para o autor, estes termos “inventados em Paris” tiveram:

Receptividade nas sete partidas do mundo, porque singelas, entendíveis até pelos brancos a quem se permite votar, eleger, no mesmo pé de igualdade com os cérebros mais esclarecidos e lúcidos de qualquer país. Porém elucubração presunçosa, lirismo em tempo de ócio de uma cabeça pletórica de desgastados lugares comuns.⁸

No que concerne aos que adotaram o conceito de “direita” como mecanismo auto-referencial, apesar de terem reservas quanto à significação que dele era feito, faziam-no, em primeiro lugar, para contraditar a visão da esquerda acerca do mesmo. Tinham, por isso, os quadros da direita radical, no contexto pós-revolucionário português, de contrariar o estigma e o anátema que, entendiam, fora lançado sobre a direita.

E se alguns buscaram em eufemismos centristas ou em renúncias aos ideais de sempre contornar o espírito anti-direitista do tempo, Tavares de Almeida defendeu que não devia a direita abdicar de se afirmar como tal, nem pactuar de modo algum “com a benevolência e a maldição, porque se as direitas dispõem ainda de alguma coisa que as alegra e as compensa da imensidade dos seus desaires e da multidão dos seus desalentos, é poderem dizer que são direitas”⁹. Urgia, então, passar da identificação à leitura crítica do seu passado, à discussão e atualização do seu corpo doutrinário e à reflexão em torno das formas, dos modos e dos momentos mais propícios à sua atuação. Ainda que, como declarou António da Cruz Rodrigues, alguns pudessem entender que:

A Direita é, essencialmente, um estado de espírito, dominado por um sentimento de responsabilidade na vida e um profundo empenhamento em todos os seus actos e atitudes. A Direita, que fez Portugal e que, com pequenos hiatos, tem governado Portugal durante perto de 900 anos, sabe perfeitamente o que isso é. Não desiste nem desanima.¹⁰

As palavras de Cruz Rodrigues remetem-nos para uma dimensão estruturante da auto-representação da direita radical: o seu enraizamento na história. De facto, os direitistas empenharam-se na construção de uma narrativa que inseria a direita pós-Revolução Francesa numa linha de continuidade que tivera o seu início na Antiguidade. Deste modo, davam expressão à ideia de que a direita representa o “natural” na história da humanidade, constituindo a esquerda, por contraposição, o “anormal” e o “episódico”. Nesse sentido, e advogando que a direita já existia antes de assim ser descrita, Fernando Jasmins Pereira considerou que esta, “em derradeira instância,

⁸ Quadros, Luís de. “As duas avassaladoras revoluções”. *Resistência*, setembro/outubro de 1979, n.º 195/196, pp. 63-67.

⁹ Almeida, Tavares de. “Memórias do tempo da lepra”. *A Rua*, 21 de julho de 1977, n.º 68, p. 11.

¹⁰ “Dr. António da Cruz Rodrigues: Ambicionamos ser no Parlamento a expressão da Consciência Nacional. Melhor do que ninguém a Direita conhece os verdadeiros interesses da sociedade portuguesa – lembra o candidato pelo círculo de Lisboa da coligação PDC-MIRN-FN”. *A Rua*, 25 de setembro de 1980, n.º 224, p. 13.

é o modo natural de viver e sentir-se no mundo. [...] sendo a Direita como consciência uma resposta, por natureza só emerge quando o seu património é negado”¹¹.

Por fim, uma terceira atitude face à identificação do campo nacionalista e tradicionalista com a direita tendia à sobrevalorização das diferenças entre as várias correntes direitistas, argumentando, por conseguinte, que não se deve falar em direita, mas sim em direitas. A diversidade identificada por vários autores prender-se-ia com a existência de diferentes doutrinas à direita – constatação que contraria a alegação de uma parte dos porta-vozes desse universo político que defende o seu pretensado carácter a-ideológico, a sua fraca propensão para a especulação teórica e que a sua *praxis* é influenciada, quase exclusivamente, pelas realidades imutáveis da civilização europeia e pelo seu direito natural.

A multiplicidade das direitas foi sublinhada, nomeadamente, por Jaime Nogueira Pinto e por Luís Sá Cunha. O primeiro disse que, na direita, se podem encontrar “católicos, agnósticos, universalistas e nominalistas, tradicionalistas e revolucionários”. Já em relação aos pontos em comum entre estes vários grupos, o autor identificou a oposição à revolução e “uma concepção orgânica, autoritária, hierárquica, monárquica, confessional, da sociedade e do Estado”¹². Em suma, uniria as várias famílias direitistas a arregimentação em torno da defesa do trono, do altar, da ordem e da hierarquia do Antigo Regime e da tradição. Ainda ao nível dos denominadores comuns, Nogueira Pinto realçou o pessimismo antropológico e o anti-igualitarismo, defendendo que o complexo doutrinário das direitas, “quer na versão tradicionalista católica ou monárquica, quer no conservadorismo elitista, quer no nacionalismo revolucionário manteve esse mesmo sentido aristocrático e meritocrático. [...] há uma constante rejeição do igualitarismo como ponto de partida ou de chegada da ordem política”¹³. Quanto à diversidade, e continuando a acompanhar a análise realizada por Jaime Nogueira Pinto, poderiam encontrar-se, na direita, fascistas e liberais, revolucionários, conservadores e tradicionalistas, “sindicalistas e corporativistas, dirigistas e monetaristas”¹⁴.

Sá Cunha discutiu também a unicidade e a diversidade no seio da direita. Para o autor, antes de mais e quanto à questão de regime, a direita dividir-se-ia entre monárquicos e republicanos. Do ponto de vista da organização económica e social do Estado, existiriam organicistas, solidaristas, corporativistas e capitalistas. Conviveriam no seu seio um nacionalismo conservador e um outro de feição revolucionária (nazi-fascista). Existiriam democratas e anti-democratas, assim como

¹¹ Pereira, Fernando Jasmins. “As direitas e a Direita”. *A Rua*, 28 de dezembro de 1978, n.º 133, p. 6.

¹² Pinto, Jaime Nogueira. “O que é a Direita I”. *O Diabo*, 20 de novembro de 1979, n.º 151, p. 11.

¹³ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas III: Anti-igualitarismo”. *O Diabo*, 18 de março de 1980, n.º 168, p. 9.

¹⁴ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas”. *O Diabo*, 21 de outubro de 1980, n.º 199, p. 7.

liberais e conservadores¹⁵. Essa diversidade aplicar-se-ia também à condição dos seus aderentes, sendo, por isso, desaconselhável, aos olhos de Nogueira Pinto, enveredar por leituras maniqueístas da história, da realidade e de cada um dos campos políticos em que “os nossos são os *bons* e os outros são os *maus*”, sob pena de se cair no descrédito e de não se contribuir devidamente para o esclarecimento do povo português, nomeadamente na delimitação e na definição do corpo doutrinário e da proposta política das direitas radicais. Isto porque “também na Direita [...] há homens inteligentes e homens estúpidos, ricos e pobres, gente de bem e celerados, génios e mentecaptos; também na Direita há intelectuais e analfabetos, pensadores e homens de mão, cerebrais e activistas”¹⁶.

A centralidade do pensamento anti-igualitário, anti-democrático e iliberal

Para discutir os elementos estruturantes do pensamento direitista, o seu corpo doutrinário perene e o que, ainda que sujeito a divergências e a leituras críticas internas, pode ser apresentado como o mínimo denominador comum que a uniu, ao longo dos últimos 230 anos, é necessário interrogarmos, tal como Jaime Nogueira Pinto o fez em 1984:

Quem somos “nós”? Qual a herança negativa ou positiva que encerram certos adjetivos equívocos ou “malditos”, convenientes ou ultrapassados, queimados ou mobilizadores? Quais os valores, quais os princípios, quais as bandeiras, quais os lemas? E, antes de mais, qual a comunidade de experiências, de combates e de sonhos que unificam e separam? Quais as fronteiras éticas e estéticas que demarcam os territórios? Que tipo de coisas queremos, rejeitamos e nos são indiferentes, logo negociáveis?¹⁷

Em primeiro lugar, uniu a direita o espírito contra-revolucionário. Derrubadas as bases do Antigo Regime pela revolução, o conjunto dos partidários desse sistema viu-se impelido à organização e à acção contra um inimigo perfeitamente identificado e visto como destruidor de todo o sistema de crenças, da ordem, da moral, das tradições, das hierarquias e do modelo de organização do Estado.

Ainda que, mais tarde, se tenha afirmado uma direita que se auto-intitulou nacional-revolucionária, a consideração maioritária desse campo político foi a de que “a revolução, por natureza, demole, destrói, desorganiza. Esfacela tradições, crenças, ideias, instituições, monumentos. [...] A desordem está-lhe nas entranhas. Para triunfar, utiliza meios violentos de ordem material, espiritual e moral. Quem diz revolução, diz violência e ódio”¹⁸.

¹⁵ Cunha, Luís Sá. “A Direita em questão”. *A Rua*, 8 de fevereiro de 1979, n.º 139, p. 13.

¹⁶ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas”. *O Diabo*, 21 de outubro de 1980, n.º 199, p. 7.

¹⁷ Pinto, Jaime Nogueira. “Será o tempo?”. *O Diabo*, 4 de setembro de 1984, n.º 401, p. 2.

¹⁸ “As direitas preferem a evolução à revolução”. *Vária* 8, 2 de setembro de 1976, n.º 37, p. 1.

Reino do caos, da anarquia e da violência, a revolução era vista como o grau zero da convivência e da consciência políticas dentro de uma sociedade. Destruindo os suportes morais, espirituais e políticos de uma comunidade; nada de construtivo traria a revolução, atirando os indivíduos para uma situação em que imperariam, desprovidos de moralidade, os seus instintos mais primários. No fundo, para a direita, a revolução significava somente a destruição e a imoralidade e era, portanto, o sinal derradeiro da decadência de um povo.

Por outro lado, o sentimento contra-revolucionário era alimentado por um pessimismo antropológico e histórico comum a todas as direitas, ainda que pudesse assumir diferentes expressões ou formulações em cada uma delas. Nogueira Pinto, por exemplo, distinguiu o pessimismo revolucionário ou fascista do pessimismo reaccionário ou radical. Se ambos partiam de uma concepção intrinsecamente negativa da natureza humana, o primeiro defendia “a própria superação na realização dos ideais comunitários, a ultrapassagem e auto-superação pelos empreendimentos coletivos no Estado, na Revolução”, enquanto o segundo considerava impossível a correção da condição humana, mesmo que realizada no seio de um pretenso movimento nacional orientado pelo Estado. Este pessimismo radical “encara o mundo e a humanidade irremediavelmente corrompidos e acorrentados pelo pecado”.¹⁹

Eduardo Freitas da Costa, rejeitando a feição ideológica da direita, sublinhou que apenas informavam o seu projecto político um profundo conhecimento da “vida natural” – que implicava o respeito pela propriedade privada, a ausência de conflitos de classe e a defesa da família tradicional. Por conseguinte, para o autor:

*A direita é a naturalidade, a normalidade, o livre e espontâneo desenvolvimento das potencialidades orgânicas do Homem integral – alma e corpo. E por isso nunca pensou em criar nem organizações, nem defesas, nem mobilizações – como ninguém se lembra de estabelecer as normas que levam um pai a tratar de dar de comer aos filhos ou uma dona de casa a lavar as camisas com o que o marido há-de ir ao trabalho.*²⁰

Além da visão profundamente sexista acerca dos papéis sociais reservados, pela natureza e pela tradição, aos homens e às mulheres, Freitas da Costa defendeu a ausência de ideologia na direita, na medida em que esta se fundaria nas realidades intemporais, nas tradições observadas por sucessivas gerações e, no fundo, nas próprias leis da natureza. Ora, se não se pode falar num padrão fixo de ordenamento político, económico, social, cultural, moral, ético ou jurídico seguido por um determinado povo; se todas essas dimensões da convivência e da sociabilidade humanas foram evoluindo, nos diferentes contextos históricos, torna-se evidente a falácia a-ideológica presente no discurso direitista. As direitas defendem, isso sim, doutrinas teórica e especulativamente

¹⁹ Pinto, Jaime Nogueira. “A Direita e as Direitas II”. *O Diabo*, 11 de março de 1980, n.º 167, p. 11.

²⁰ Costa, Eduardo Freitas da. “A Direita nunca existiu”. *A Rua*, 7 de setembro de 1978, n.º 117, p. 11.

formuladas, baseadas em representações do homem e da sua condição e em concepções tradicionalistas e imobilistas da vida social – algumas encontrando eco em determinados períodos históricos – com vista à restauração da ordem, das hierarquias, do trono e do altar.

Na edição de 30 de setembro de 1976 do jornal *A Rua*, identificou-se, para além das considerações já discutidas anteriormente, uma dificuldade que se poria à direita por esta existir desprovida de ideologia: “a Direita procurando afirmar-se num mundo ideologicizado, não [...] possui ideologia própria: a consciência dinâmica que é da sua responsabilidade assumir veda-lhe a cristalização em qualquer sistema, ainda quando este pareça compatibilizável aos seus valores e princípios”.²¹

Sem ideologia, mas com ética e valores bem definidos. Como sublinhou Jaime Nogueira Pinto:

Os valores, em definição tautológica mas impressiva, são “o que vale”, o que é metapolítico, o que transcende o quotidiano. Valor é, por exemplo, o Estado Nacional ou, particularizando o que nos interessa, é a Nação Portuguesa [...]. As ideologias [...] são outra coisa, são concepções sobre a organização do Estado e da Sociedade, sobre as relações entre este e os indivíduos, sobre a latitude das respectivas esferas de influência e interdependência. São históricas, tendem para a relativização e, na sua expressão social, para a simplificação e a redução a programa.²²

Ou seja, na aceção que lhes é atribuída por Nogueira Pinto, os valores (que a direita tem bem definidos) são qualitativamente superiores às ideologias (das quais a direita seria desprovida). Os valores surgem aqui como normativas perenes que abrangem os modos de atuação, os códigos de conduta e de ética, as formas de posicionamento face às coletividades humanas e à sua governação, os quadros culturais a aplicar e o valor supremo a perseguir: a sobrevivência, a defesa e o desenvolvimento da nação de acordo com o que seriam os seus inquestionáveis e intrínsecos interesses.

As ideologias, por seu lado, centrar-se-iam na procura de respostas, necessariamente transitórias, para a organização do Estado e da sociedade, seriam meros produtos de determinado contexto histórico e substituídos por outros sempre que ocorressem mudanças a esse nível. Longe de oferecerem uma solução de destino e de missão aos povos, limitar-se-iam a procurar triunfar no imediato, a consubstanciarem-se em programas e em vulgatas políticas. No fundo, os valores situar-se-iam ao nível do que era estruturante para uma sociedade, corresponderiam à “comunidade trigeracional” e à “comunidade de destino universal”, enquanto as ideologias representariam o que de transitório, contextual e historicamente demarcado surge ciclicamente nas sociedades humanas.

²¹ “Entendimento da Direita”. *A Rua*, 30 de setembro de 1976, n.º 26, p. 5.

²² Pinto, Jaime Nogueira. “Arrumando ideias”. *O Diabo*, 29 de novembro de 1983, n.º 361, p. 11.

Ora, a pretensão de a-ideologismo por parte das direitas é ainda menos fundamentada se tivermos presente a defesa constante que estas fizeram da sua diversidade e da sua pluralidade. Se os valores são, de facto e com poucas excepções, os mesmos, como explicar a existência de dezenas de famílias políticas na direita? Se existem liberais, autoritários e fascistas, capitalistas, solidaristas e corporativistas, nacionalistas reaccionários e revolucionários, conservadores, tradicionalistas e neo-liberais, se surgem novas propostas como as da nova direita anglo-saxónica e da *nouvelle droite* continental, como não ver nesses fenómenos a manifestação inequívoca da existência de ideologia(s) à direita?

A visão pessimista acerca do homem enforma não só as acusações de utopismo aplicadas às propostas e aos projetos políticos do campo revolucionário – jamais, pela sua própria natureza, poderiam os seres humanos construir as sociedades igualitárias, harmoniosas e pacíficas teorizadas pelas esquerdas –, como também, e concomitantemente, a defesa cerrada da necessidade de restauração das hierarquias e da ordem tradicionais.

Para a direita, os homens são intrinsecamente maus e desiguais entre si, logo rejeitava as doutrinas igualitárias e afirmava uma visão aristocrática acerca da política e da organização sócio-económica das sociedades. Isto porque:

A rigidez das instituições, a tendência humana para a permanência nas posições adquiridas, o pendor para a constituição de classes e grupos mais ou menos privilegiados – provocam a inveja, a aversão, o ressentimento e até o ódio dos inaptos de toda a espécie, logo aproveitados e manipulados pelos aptos a quem o existente incomoda.²³

Assim, transversalmente maus, os indivíduos nasceriam dotados de capacidades substantivamente diferenciadas, reservando-se a uma pequena minoria a aptidão necessária ao exercício da política e da governação, do mesmo modo que a educação, a posse de meios de produção e o acesso a altos cargos estatais e eclesiásticos deveriam ser limitados a uma pequena elite, pretensamente com predicados intelectuais inatos e desde tenra idade formada para desempenhar essas funções. Os outros, a imensa maioria da população, desprovidos que eram de capacidade de mando, de empresa e de pensamento abstracto, deveriam reduzir-se ao papel que lhes reservava esta ordem social aristocrática e imobilista – o trabalho braçal, o papel de soldados rasos e as pequenas ordens religiosas. Recusar a submissão ditada pela “natureza” seria sintoma de inveja e revelador dos mais baixos e vis sentimentos humanos.

Perturbada a ordem que lhes assegurava os privilégios hereditários – e não naturais como pretenderam estatuir –, a cúpula política, social e económica do Antigo Regime foi obrigada a reagir. A defesa da tradição, em toda a sua abrangência, serviu de mote para, de facto, procurar a

²³ “As direitas preferem a evolução à revolução”. *Vária* 8, 2 de setembro de 1976, n.º 37, p. 1.

restauração do sistema político-social que lhes garantira posições dominantes e que assegurara a reprodução dos papéis sociais durante longos séculos.

Nesse sentido, as inovações democráticas ensaiadas pelo campo revolucionário foram, de imediato, denunciadas e combatidas pelos direitistas, ainda que estes pudessem, ou não, participar nas instituições e aceitar, transitoriamente, as regras de participação democrática com vista à subversão ou à destruição do próprio sistema – dimensão do pensamento direitista que discutiremos mais adiante e que passou também, na cronologia analisada, por um discurso demagógico anti-partidos e contra a prevalência do número sobre a qualidade dos indivíduos. Se, para a direita, os homens nasciam desiguais nas suas capacidades, não se justificava, sob qualquer ponto de vista, que todos tivessem igual peso na escolha dos governantes e do projecto político da comunidade. Para a direita, as teorias democráticas enfermam de um erro apriorístico: partem da ideia de que o homem é naturalmente bom e racional, logo capaz de viver em paz e em cooperação com os demais. Ora, a direita tem na raiz dos seus postulados teóricos a profunda convicção de que o homem é naturalmente mau, individualista, competitivo, irracional e movido por paixões que atentam contra o interesse geral.

Entregues a si próprios – ao auto-governo, à democracia –, os homens, cedendo aos seus mais primários instintos e caprichos, tenderiam para o afundamento na desordem, na anarquia, na criminalidade, na imoralidade e no mais desmedido individualismo, que somente poderiam culminar na dissolução irreversível dos laços de solidariedade seculares que se haviam desenvolvido em torno de valores comuns e superiores à soma das vontades e dos interesses de cada um, como, por exemplo, a nação. Como afirmou Miguel Teixeira e Melo, “a Direita repudia o processo democrático, tal como ele vem sendo praticado na generalidade dos países desde a Revolução Francesa. E fá-lo por não poder aceitar que a verdade esteja necessariamente com a maioria expressa através do sufrágio universal”.²⁴

Ou, como defendeu António da Cruz Rodrigues, não se poderia, em nome de um pluralismo e de uma liberdade sem limites, pôr em causa os valores essenciais e intemporais da comunidade, questionar as suas verdades, discutir a sua essência ôntica, criticar o seu passado pretendendo modificar o seu projeto presente e futuro. Ou, como também defendeu:

O pluralismo não pode ser indiferença ou neutralidade perante a verdade e o erro, a justiça e a injustiça, o bem e o mal, a fidelidade e a traição, o respeito e a defesa dos valores pátrios e o seu desprezo, o amor e o ódio e a cooperação das classes sociais”.²⁵

²⁴ Melo, Miguel Teixeira e. “Qual o lugar da Direita na presente conjuntura?”. *A Rua*, 23 de agosto de 1979, n.º 167, p. 17.

²⁵ Rodrigues, António da Cruz. “Pluralismo na política”. *Resistência*, 15 de maio de 1977, n.º 149/150, p. 12.

Também a Frente Nacional, a propósito da apresentação dos seus princípios doutrinários, declarou:

negamo-nos a discutir o Absoluto que nos fez em nome de quem nos fez – e em nome do futuro. Portugal é a nossa salvação. Assim Deus o quis. Discuti-lo é como se discutíssemos a nossa própria essência – o espírito move o corpo na via da Redenção. Nenhuma maioria é legítima para o pôr em causa.²⁶

Para caracterizar a alegada tirania e ditadura que os partidos exerceriam na democracia portuguesa, a direita radical recorreu, amiúde, ao conceito de “partidocracia”. Nas palavras de Manuel Maria Múrias, “a partidocracia é uma forma degenerada de democracia. É o governo dos partidos, para os partidos, pelos partidos, enquanto a democracia pretende ser o governo do povo, para o povo, pelo povo”.²⁷

Como afirmou Cruz Rodrigues, os partidos careceriam de demonstrar “a humildade de aceitarem que não esgotam a vida política do País, que nem a vida política passa por eles [...], que há ou têm de haver outros órgãos participantes e agentes da vida política nacional”.²⁸ Para melhor ilustrar o seu pensamento, o autor decidiu contrapor a boa adaptação à democracia da República Federal Alemã às dificuldades sentidas por Portugal num similar processo de reconfiguração política. Para o autor, que assim reforçou a centralidade atribuída aos organismos naturais e, simultaneamente, desvalorizou a importância do pluralismo político, a democracia ter-se-ia implementado facilmente na Alemanha Federal e os alemães a ela se teriam adaptado tão rapidamente pelo simples fato de:

A sociedade alemã ser já antes uma sociedade fundamentalmente democrática, em que apesar da carência dos partidos, a democracia nunca deixara completamente de exprimir-se através dos poderes locais, regionais e institucionais, de fortíssima e antiquada tradição. A ponto de podermos dizer que, mesmo sob o nazismo, a sociedade alemã poderia ter sido mais democrática que certos países de regime pluripartidário.²⁹

Ficamos, assim, devidamente esclarecidos sobre a concepção de democracia existente à direita. De forma mais prosaica, o modo como a direita encarava a democracia e o pluralismo fica também bem patente numa quadra de António Lopes Ribeiro, com a qual Manuel Maria Múrias encerrou um dos seus vários artigos contra o sistema democrático e partidário: “Já não é coisa que se discuta/ Se a ditadura e o pluralismo são iguais:/ Na ditadura só há um f. da p./ No pluralismo há muitos mais”.³⁰

²⁶ “O Primeiro Congresso da Frente Nacional – “Que a História nos conte entre aqueles que não se deixaram vencer” – Excertos do relatório da Comissão Organizadora apresentado ao 1.º Congresso da FN”. *A Rua*, 31 de Julho de 1980, n.º 216, p. 5.

²⁷ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: Partidocracia”. *A Rua*, 5 de janeiro de 1978, n.º 82, p. 3.

²⁸ Rodrigues, António da Cruz. “O sistema dos partidos”. *Resistência*, 30 de janeiro de 1976, n.º 118/119, p. 2.

²⁹ Rodrigues, António da Cruz. “O sistema dos partidos”. *Resistência*, 30 de janeiro de 1976, n.º 118/119, p. 2.

³⁰ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: no pluralismo há muitos mais”. *A Rua*, 21 de julho de 1979, n.º 158, p. 24.

Longe de ter sido desenhado para servir os interesses e a história nacionais, o regime democrático português seria uma máquina ao serviço dos partidos e encarado como um fim em si mesmo. O abastardamento do regime era, claro, imputado à natureza e à acção dos partidos. Por conseguinte, e forçando uma comparação dos resultados objectivos dos dois regimes, um cronista de *A Rua* assegurou:

Tinha-se habituado Portugal [...] a um ditador sisudo, que se entreteve, primeiro, a restaurar o prestígio de Portugal no Mundo, depois, a defendê-lo [...]. A partidocracia renascente [...] criticava por um lado a noite escura, prometendo, por outro, mundos e fundos. Mais uma vez a montanha pariu um rato. A Democracia, palavra mágica, não uniu o povo como era seu mister.³¹

Por conseguinte, a evidenciação dos seus defeitos, das suas incapacidades, da sua corrupção, da sua perversão e do seu papel de agente destruidor da unidade e da independência nacionais, repercutir-se-ia ao nível da aprovação e da aceitação pública da atividade, do mérito e da legitimidade dos partidos políticos, bem como do próprio sistema democrático.

Assim, para Manuel Maria Múrias, “o sistema partidocrático que nos enxovalha, não tem, em si mesmo, as condições mínimas de autoridade necessárias para se impor ante as forças da desordem”³². Desse modo, o país, se não se livrasse da partidocracia e da própria democracia, estaria condenado a vegetar sob o peso da “ditadura das oligarquias partidárias”³³. Processo inevitável e irreversível que levaria Portugal “a afundar-se na inconsistência. Quase alegremente”³⁴.

Para a direita radical, o sistema não era reformável nem recuperável, não poderia jamais adaptar-se com sucesso às características do povo português, livrando-se dos seus vícios corruptores, e tornar-se o melhor veículo político para alcançar e realizar os interesses, os desígnios e o destino nacionais. Como frisou Barradas de Oliveira, no que é um resumo quase perfeito da doutrina anti-democrática e iliberal direitista: seria um contra-senso tentar organizar a democracia, na medida em que “não se pode organizar o inorganizável. Democratizar significa igualizar, ou seja desorganizar, porque a organização exige precisamente hierarquizar, isto é, criar diferenças úteis. É impossível [...] organizar a democracia. E tentar democratizar a organização – é dissolvê-la” (Oliveira 1982, 45).

³¹ Gato Pingado (pseud.). “Um povo à espera – Quem nos compreende?”. *A Rua*, 3 de maio de 1979, n.º 151, p. 9.

³² Múrias, Manuel Maria. “Editorial: Da necessidade de um governo nacional”. *A Rua*, 3 de março de 1977, n.º 48, p. 3.

³³ “O País sempre adiado”. *A Rua*, 9 de fevereiro de 1978, n.º 87, p. 12.

³⁴ Mesquitela, Gonçalo. “A crise vista do Brasil – É tudo vinagre do mesmo tonel”. *A Rua*, 19 de abril de 1979, n.º 149, p. 6.

Um destino manifesto à portuguesa ou o segundo povo eleito: essencialismo ôntico e teleológico³⁵

O nacionalismo é, contudo, o principal sustentáculo ideológico das direitas radicais. Como afirmou Nuno Cardoso da Silva, “numa primeira aproximação pode-se dizer que a Direita considera a nação como quadro fundamental da organização da sociedade e da articulação de esforços dos seus membros e componentes”³⁶. O mesmo é dizer que a direita vê no nacionalismo uma forma de superar os conflitos de classe, usando-o como justificação para a cooperação entre exploradores e explorados, entre ricos e pobres, entre privilegiados e marginalizados, eliminando-se a conflitualidade social em nome dos superiores interesses da nação que a todos deveria unir – uma concepção que atingiu o seu esplendor no corporativismo fascista.

Acima dos interesses individuais e grupais, a nação deveria ser também colocada num patamar superior ao das especulações teóricas e doutrinárias – “sem grandes devaneios ideológicos nós temos tentado, unicamente, defender Portugal por Portugal”³⁷. A argumentação da direita em favor do nacionalismo tende sempre a apresentar a sua causa como estando desligada de qualquer projecto ideológico e a definir os interesses nacionais como sendo unívocos e impassíveis de discussão ou de entendimentos plurais e/ou divergentes. O nacionalismo deveria ainda impedir os confrontos político-partidários – considerado o interesse nacional, pela extrema-direita, como impassível de controvérsia ou de disputa; os partidos perdiam a sua razão de ser e serviriam apenas para fragmentar o colectivo nacional. Nesse sentido, os únicos partidos seriam o da nação e o da anti-nação.

Por outro lado, o nacionalismo direitista tende a confundir-se com pretensas tradições, com uma alegada essência ôntica dos povos, portadores de uma teleologia que lhes cumpriria realizar no mundo. Assim:

A nossa nação é formada pelos campos, pelas casas, pelas torres das igrejas, pelos túmulos, pelas aldeias no alto das serras ou por aquelas que se estendem nos trópicos junto à margem dos rios, pelos homens, pelas mulheres, pelas crianças que brincam nos jardins ou na orla da floresta, pelos comerciantes, pelos agricultores, pelos professores, pelos operários, pelos soldados e mesmo por aqueles que não fazem nada, pelas flores que desabrocham na Primavera, pelo verde das florestas, pelo amarelo-torrado dos campos de trigo maduro e pela brancura dos campos de algodão. O povo que a consubstancia e lhe dá vida é um conjunto histórico que compreende, ao lado da geração existente, as gerações passadas e a esperança das gerações futuras. Assim definido, o povo tem uma vontade orgânica que pode divergir da vontade dos indivíduos que o compõem. A existência de tendências discordantes e contraditórias não invalida nem põe em causa a unidade da nação que se identifica com um povo. É necessário, porém, que essas tendências discordantes não incidam sobre

³⁵ Mundividência assente na crença de que Portugal e os portugueses têm uma identidade, uma forma de ser e de estar no mundo e uma missão histórica que lhes foi confiada por Deus e que, como tal, não pode ser contrariada.

³⁶ Silva, Nuno Cardoso da. “Esquerda e Direita”. *A Rua*, 17 de junho de 1976, n.º 11, p. 6.

³⁷ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: *A Rua* em risco de acabar”. *A Rua*, 18 de novembro de 1976, n.º 33, p. 3.

os valores fundamentais da vida da nação. Que o povo não se destrua a si mesmo numa divisão suicida da nação e anti-nação.³⁸

Comunidade de partida e de chegada, valor supremo e incontestável, a nação é, para a direita, e como vimos nas palavras de Valdez dos Santos, descrita quase oniricamente como local de sã convivência entre todos os nacionais, como espaço presente em que conflui toda a carga histórica e tradicional do passado e em função da qual se deve projetar o futuro; a nação supera e oblitera as divergências internas, individuais e grupais (partidárias, culturais, sectoriais) e deve, por conseguinte, ser defendida a todo o transe da perniciosa actividade fragmentária das forças anti-nação, internacionalistas, globalistas cosmopolitas.

Na nação entronca também a tradição religiosa da comunidade, e essa religiosidade é tida como elemento preponderante na definição da essência e da missão nacionais. Deste modo, e como frisou Miguel Teixeira de Melo:

Ser da Direita é crer em Deus e colocá-LO acima de todas as coisas. Ser da Direita é defender a Nação [...]. Por Deus e pela Pátria – Católicos e Nacionalistas. Católicos, fiéis à sua fé, obedientes à sua Igreja, lutando contra as infiltrações judaico-maçónicas que visam a sua destruição. [...] Nacionalistas, pois para nós a Pátria em que nascemos e vivemos é a melhor.³⁹

Pelo que vimos expondo, resulta curioso que outro elemento discursivo comum às diferentes famílias da direita seja a reivindicação de a-ideologismo ou, pelo menos, a ideia de que as suas ações e propostas se encontram acima de quaisquer ideologias. Remetendo para uma pretensa submissão às realidades perenes, à tradição, ao pragmatismo e, sobretudo, ao nacionalismo, os quadros intelectuais da direita radical formularam um complexo doutrinarismo que apresentam como não o sendo e uma concepção da nação e dos seus superiores interesses como princípios não sujeitos a qualquer especulação teórica e, por conseguinte, impassíveis de discórdia, de divergência ou sequer de discussão.

Como sintetizado nas palavras de Manuel Maria Múrias, as direitas bateram-se “pela dessacralização das ideologias a favor de uma ideia existencial de Portugal e da Portugalidade que, muito estreitamente, limite os debates ao concreto, não discutindo Deus, não discutindo a Pátria, não discutindo a Família”⁴⁰ – asserção carregada de significação ideológica mas que pretende ser um atestado da “dessacralização das ideologias” que os direitistas teriam conseguido. No mesmo sentido vai outra afirmação registada nas páginas do jornal *A Rua*, que asseverava que “se há uma ideologia da Direita – essa é a da anti-ideologia, porque [...] a Direita adapta-se [...] para além dos

³⁸ Santos, Valdez dos. “Editorial”. *Jornal Português de Economia & Finanças*, 16 a 30 de setembro de 1974, n.º 324, p. 3.

³⁹ Melo, Miguel Teixeira e. “Qual o lugar da Direita na presente conjuntura?”. *A Rua*, 23 de agosto de 1979, n.º 167, p. 17.

⁴⁰ Múrias, Manuel Maria. “Editorial: No aniversário d’*A Rua*”. *A Rua*, 13 de abril de 1978, n.º 96, p. 3.

preconceitos doutrinários, interessa-lhe defender a comunidade nacional no seu território, na sua cultura e na sua soberania política”.⁴¹

Notas conclusivas

Em jeito de síntese do que adiantámos neste artigo e reiterando a ideia de que cada um dos tópicos justificaria, por si só, uma análise mais aprofundada, procuraremos agora apresentar algumas notas conclusivas. Em primeiro lugar, devemos notar que, à época, parte significativa dos autores ligados à direita enfeitava a pertença a esse grupo político-ideológico e a pertinência desse conceito enquanto elemento analítico e de referência política de um dado indivíduo ou de uma congregação de homens partilhando uma mesma mundividência. Não sendo alheia a esta atitude a condenação generalizada que recaiu sobre o Estado Novo, logo sobre a direita, depois da revolução de Abril, os intelectuais direitistas, invocando a desatualização ou a irrelevância metodológica do binómio esquerda/direita, pretenderam estipular que a diferenciação e a antinomia políticas se estabeleceriam entre nacionalistas e internacionalistas/inimigos da nação.

Ainda assim, vários foram os autores que, a pretexto do ataque à esquerda, se dedicaram, no período em apreço, à defesa, à discussão e à definição da direita enquanto campo político-ideológico autónomo. Em traços gerais, podemos afirmar que as direitas radicais se viam como: i) herdeiras da tradição contra-revolucionária francesa; ii) defensoras da ordem, da hierarquia, do modelo de organização social e da tradição do Antigo Regime; iii) arraigadamente nacionalistas; iv) protetoras da família enquanto célula base do organismo nacional; v) uma reação natural, orgânica, à inépcia, à corrupção e à desordem causadas pela esquerda, afirmando-se, portanto, como um seu negativo; vi) o natural e o usual na história da humanidade; vii) inerentemente diversas e plurais; viii) eminentemente pragmáticas, a-ideológicas e supra-partidárias; ix) vítimas de permanente perseguição e ostracização desde a revolução francesa, logo, uma força de resistência à perversão moral, política, económica, social e cultural que desde então a esquerda teria implementado.

Igualmente estruturantes no pensamento direitista são o pessimismo antropológico, o anti-igualitarismo e a defesa das hierarquias e das leis “naturais”. Encontrando-se poucas divergências de fundo entre os autores estudados, as direitas radicais defenderam que: i) o homem é inatamente mau e imperfeito, necessitando de um forte cerceamento dos seus impulsos egoístas e individualistas; ii) os homens são, desde a nascença, desiguais nas suas aptidões e nas suas capacidades; iii) devem ser exacerbadas as diferenças sociais e individuais e instituído um sistema meritocrático de reconhecimento e de distinção dos indivíduos mais capazes – na formulação

⁴¹ “Meditação de Outubro: Repensando as Repúblicas”. *A Rua*, 7 de outubro de 1976, n.º 27, p. 13.

direitista, este assemelha-se a um sistema talhado para garantir, antes de mais, a reprodução contínua dos papéis e dos estatutos sociais que cada um herda à nascença; iv) as políticas igualitaristas pervertem o livre e natural funcionamento do organismo social, impedindo os mais inteligentes de desenvolverem plenamente as suas capacidades e o seu potencial; v) a única igualdade que se deve reconhecer universalmente aos indivíduos é a da sua dignidade perante deus e a justiça; vi) o elitismo e a estratificação hierárquica não só são os mais adequados modelos de organização social como correspondem a uma necessidade e a uma expressão natural das comunidades humanas.

No que diz respeito à doutrina e às preferências de organização política das direitas radicais, releva identificar, apesar de todos os eufemismos discursivos: i) a transversalidade e o predomínio do pensamento anti-democrático e iliberal; ii) as firmes recusa e condenação do pluralismo político e partidário; iii) a constante responsabilização do sistema representativo, da democracia e dos partidos por todos os problemas, reais ou empolados, que diziam existir no país; iv) o anti-comunismo enquanto valor estruturante da sua filosofia e da sua acção políticas; v) a defesa intransigente do direito à propriedade privada e à iniciativa individual, vistos como direitos humanos naturais e inalienáveis.

Referências bibliográficas

- Antón-Mellón, Joan. “The *Idées-Force* of the European New Right – A new paradigm?”. Em *Varieties of Right-Wing Extremism in Europe*, eds. Andrea Mammone, Emmanuel Godin, Brian Jenkins, 53-68. Nova Iorque: Routledge, 2013.
- Benoist, Alain de. *Nova Direita, Nova Cultura*. Lisboa: Edições Afrodite, 1980.
- Betz, Hans-Georg. *Radical Right-Wing Populism in Western Europe*. Londres: MacMillan, 1994. <https://doi.org/10.1080/01402388808424678>
- Beyme, Klaus von. “Right-wing extremism in post-war Europe”. *West European Politics*, Vol. 11, N.º 2, 1-18, 1998. <https://doi.org/10.1080/01402388808424678>
- Biebricher, Thomas. *The Political Theory of Neoliberalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019. <https://doi.org/10.1515/9781503607835>
- Bobbio, Norberto. *Direita e Esquerda*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- Carapinha, Rogério; Vinagre, António; Couto, Joaquim. *Partidos políticos: ponto por ponto*. Fundação: Jornal do Fundação, 1974.
- Carvalho, Miguel. *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Lisboa: Oficina do Livro, 2017.
- Dorey, Peter. *British Conservatism. The Politics and Philosophy of Inequality*. Londres: I.B. Tauris, 2011. <https://doi.org/10.5040/9780755622238>
- Griffin, Roger. “Interregnum or endgame? The radical right in the ‘post-fascist’ era”. Em *The Populist Radical Right. A reader*, ed. Cas Mudde, 15-27. Londres: Routledge, 2017.
-

- Llobera, Josep R. *O Deus da Modernidade: O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*. Oeiras: Celta Editora, 2000.
- Madeira, Bruno. «Homens entre ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020.
- Marchi, Riccardo. *Folhas Ultra. As ideias da direita radical portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009a.
- Marchi, Riccardo. *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Alfragide: Texto Editores, 2009b.
- Marchi, Riccardo. *A direita nunca existiu: as direitas extraparlamentares na institucionalização da democracia portuguesa (1976-1980)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- Marchi, Riccardo. *À Direita da Revolução. Resistência e Contra-Revolução no PREC (1974-1975)*. Lisboa: Objectiva, 2020.
- Micocci, Andrea; Di Maio, Flavia. *The Fascista Nature of Neoliberalism*. Nova Iorque: Routledge, 2018.
- Molnar, Thomas. *A Contra-Revolução*. Lisboa: Delraux, 1980. <https://doi.org/10.4324/9781351251204>
- Mudde, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511492037>
- Mudde, Cas. *La ultraderecha hoy*. Barcelona: Paidós, 2021.
- O'Meara, Michael. *New Culture, New Right: Anti-Liberalism in Postmodern Europe*. Londres: Arktos, 2013.
- Oliveira, Barradas de. *Quando os Cravos Murcham. I – A democracia que nos impuseram*. Lisboa: Edições Fernando Pereira, 1982.
- Partido Comunista Português. *Dossier Terrorismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1977.
- Pinto, Jaime Nogueira. *A Direita e as Direitas*. Lisboa: Difel, 1996.
- Prata, Rafael; Ferreira, Carlos Santos; Lopes, Vítor Melícias. *Portugal Novo: movimentos e partidos políticos*. Lisboa: O Emigrante-Voz de Portugal, 1974.
- Robin, Corey. *The Reactionary Mind. Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011. <https://doi.org/10.1093/acprof:osobl/9780199793747.001.0001>
- Scruton, Roger. *The Meaning of Conservatism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2001. <https://doi.org/10.1057/9780230377929>
- Soapli. *Partidos e Movimentos Políticos em Portugal*. Lisboa: Soapli – Sociedade de Estudos e Publicações, 1975.
- Whyte, Jessica. *The Morals of the Market. Human Rights and the Rise of Neoliberalism*. Londres, Verso, 2019.

Recebido: 12 de março de 2023

Aprovado: 19 de maio de 2023
